

# O TEMPO

**Rio Doce**

## **Raquel Dodge pede mais rigor a crimes ambientais**

■ BRASÍLIA. A procuradora geral da República, Raquel Dodge, afirmou ontem que o debate sobre o direito à água deve ser prioritário no Brasil, frente às crises hídricas que o país enfrenta, e que os agentes da lei devem elevar as sanções pessoais e financeiras para quem descumpra as normas que protegem águas fluviais.

Para Raquel, a crise hídrica também se origina dos problemas de falta de saneamento, que dependem de políticas públicas de qualidade para serem resolvidos.

“Esse debate é essencial para o Ministério Público”, disse Raquel. A procuradora fez o discurso durante a abertura do Seminário “Água, Vida e Direitos Humanos”, organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no qual Raquel é presidente.

“O Brasil vive a sua pior crise hídrica. A seca não é novidade, mas a novidade é não haver água potável

onde anteriormente havia”, afirmou a Procuradora. Durante sua fala, Raquel também destacou que a Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal (MPF) lançou, no final de novembro, o projeto Amazônia Protege, que tem objetivo de ajuizar cerca de 1.200 ações civis públicas para punir quem desmata áreas superiores a 60 hectares na Floresta Amazônica.

De acordo com Raquel, na primeira semana do programa, 750 ações já foram ajuizadas. “Isso significa uma proteção concreta para a floresta, significa a punição dos desmatadores, significa tornar mais próxima da data do desmatamento a sanção que couber”, afirmou a procuradora.

Para apresentar o projeto sobre a Amazônia, Raquel apontou casos como o rompimento da barragem em Mariana (MG), que, em 2015, “destruiu o quinto rio mais importante do Brasil, o Rio Doce”.